

Nota técnica

O CRÉDITO E A DISTRIBUIÇÃO DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS NA REGIÃO DO GRANDE ABC

Vivian Machado

Resumo Executivo

A presente Nota tem por objetivo realizar uma primeira e breve análise sobre o crédito que circulava na Região do Grande ABC, a partir de agências bancárias instaladas nos sete municípios que a compõem, ao final de 2019, comparativamente com os saldos ao final de 2008 (estopim da última grande crise internacional) e de 2013, quando se inicia um novo processo de reestruturação dos bancos no país, com o fechamento de muitas agências bancárias e postos de trabalho. Cabe lembrar que, ocorreu, também, um declínio da participação do crédito no país, num período de sérias dificuldades econômicas.

No primeiro período (2008 a 2013), observou-se significativo crescimento das operações de crédito e financiamentos na região. A carteira mais do que dobrou enquanto, nesse mesmo período, o número de agências instaladas nos sete municípios cresceu 20%. Por sua vez, no segundo período analisado (2013 a 2019), houve fechamento de agências e redução de, aproximadamente, 15%, mas, o crédito no período, por sua vez, continuou crescendo, porém em ritmo bem menor do que no período anterior (alta de 22%).

Analisando-se a carteira dos bancos públicos e dos bancos privados separadamente, conclui-se que os bancos públicos foram os principais responsáveis pelo crescimento do crédito em todo o período estudado. Enquanto os bancos privados reduziram sua participação no crédito para a região em 30% no período total da análise, a carteira dos públicos cresceu mais de 450%.

O crédito exerce um papel fundamental no financiamento do consumo e do investimento de uma região, determinando o ritmo do crescimento econômico local. Em especial com relação ao crédito imobiliário, que pouco interessa aos privados devido a sua margem pequena de retorno. Nesse sentido, o estudo demonstrou que 100% dos recursos dessa carteira na Região do Grande ABC estão nos bancos públicos.

Introdução

A presente nota técnica tem por objetivo realizar uma primeira e breve análise sobre o crédito que circulava na Região do Grande ABC, a partir de agências bancárias instaladas nos sete municípios que a compõem (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), ao final de 2019 (outubro de 2019 é o último dado disponível), comparativamente com os saldos ao final de 2008 (ano do estopim da última grande crise internacional) e ao final de 2013, quando se inicia um processo de reestruturação dos bancos no país, com o fechamento de muitas agências bancárias e postos de trabalho, e quando se observa um significativo declínio da participação do crédito no país, num período de sérias dificuldades econômicas.

Esse levantamento se deu a partir dos dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB), por meio da “ESTBAN”^[1], que se trata de um levantamento dos montantes das principais contas dos bancos, por agência bancária e por município.

O crédito possui importante papel na economia, sendo fundamental para o financiamento do consumo das famílias e o investimento dos setores produtivos. De acordo com o DIEESE (2014), a ampliação do mercado de crédito no país foi uma das razões que explicam o crescimento da economia brasileira entre 2003 e 2013, especialmente, a expansão do crédito com recursos direcionados (imobiliário, rural e do BNDES) foi determinante para a manutenção da dinâmica econômica do Brasil naquela época.

Nesse período, várias modalidades de crédito foram criadas ou ampliadas, como, por exemplo, o crédito consignado em folha de pagamento, entre outros. Os bancos públicos tiveram um papel de destaque nessa evolução do crédito no país após o início da crise econômica internacional de 2008

(política anticíclica), e, especialmente, a partir de abril de 2012, quando o Governo Federal fez uso dessas instituições como instrumento de política monetária, visando forçar uma redução do *spread* bancário (DIEESE, 2014).

Dados do BCB apontam que a relação crédito/PIB era de 23,8% em dezembro de 2002, chegando a 56,5% em dezembro de 2013. Todavia, o período seguinte foi marcado por mudanças significativas nos rumos da economia do país, com a desaceleração do crescimento do PIB, em 2014, e uma forte recessão a partir de 2015, acompanhada de rápida elevação da taxa de desemprego (DIEESE, 2018).

Nesse cenário, o crédito também passou por uma inflexão e, após 2014, observou-se a redução do saldo de empréstimos e financiamentos no país que, por conseguinte, derruba a taxa de investimentos na economia seja a nível municipal, regional ou nacional.

1. A Cobertura da Rede Bancária nos sete municípios da região do Grande ABC.

Os dados do BCB apontam que houve abertura de agências em todos os municípios do Grande ABC entre 2008 e 2013. Na média houve um crescimento de 20% no período. Foram abertas oito agências em Diadema, chegando a 48 unidades; nove em Mauá, num total de 34 em 2013; duas unidades em Ribeirão Pires, chegando a 13 e, apenas, uma no Rio Grande da Serra, que contava com cinco agências ao final de 2013 (vide tabela 1).

Nos outros três municípios da região Santo André, São Bernardo do Campo (SBC) e São Caetano do Sul (SCS) foram abertas, respectivamente, 17, 20 e 8 agências bancárias.

A tabela 1 demonstra também que, no período, foram abertas 43 agências de bancos públicos e 22 de bancos privados, ou seja, cresceu a presença dos bancos públicos na região (alta de 63% contra 8% de crescimento nos privados).

Tabela 1: Número de agências bancárias em atividade nos municípios da Região do Grande ABC, nos anos de 2008 e 2013

Cidades	2008			2013			Variação % 2008 e 2013
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	
Diadema	8	32	40	12	36	48	20,0
Mauá	7	18	25	13	21	34	36,0
Ribeirão Pires	2	9	11	3	10	13	18,2
Rio Grande da Serra	1	3	4	2	3	5	25,0
Santo André	21	79	100	32	85	117	17,0
SBC	22	74	96	34	82	116	20,8
SCS	7	41	48	15	41	56	16,7
Total de Agências	68	256	324	111	278	389	20,1%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008 e 2013).

Quando se observam os dados da cobertura bancária na região entre 2013 e 2019, os dados apontam que, em todos os municípios, agências foram fechadas. A tabela 2 aponta que, na média, caiu cerca de 15% o quadro de agências instaladas na região.

Em Diadema, foram fechadas 4 agências no período e, ao final de 2019, o município contava com 44 unidades. Em Mauá, o quadro baixou de 34 para 31 agências, com o fechamento de 3 unidades. Em Ribeirão Pires, foi fechada apenas uma unidade, ficando em 12 ao final do período. E, em Rio Grande da Serra, a cobertura caiu para 3 agências.

Em Santo André, SBC e SCS, foram fechadas 27, 18 e 6 agências, respectivamente.

Observando-se os números de agências em cada município, ao final de 2008 e ao final de 2019, nota-se que Santo André e Rio Grande da Serra tiveram saldo negativo, ou sejam, em 2019 ambos os municípios tiveram redução do quadro de agências, comparativamente a 2008. Na primeira cidade (Santo André), o total de agências caiu de 100 para 93 e na segunda (Rio Grande da Serra), apenas 3 agências se mantêm na cidade.

Tabela 2: Número de agências bancárias em atividade nos municípios da Região do Grande ABC, nos anos de 2013 e 2019

Cidades	2013			2019			Variação % 2013 e 2019
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	
Diadema	12	36	48	10	34	44	-8,3
Mauá	13	21	34	11	20	31	-8,8
Ribeirão Pires	3	10	13	3	9	12	-7,7
Rio Grande da Serra	2	3	5	1	2	3	-40,0
Santo André	32	85	117	26	67	93	-20,5
São Bernardo do Campo	34	82	116	32	66	98	-15,5
São Caetano do Sul	15	41	56	12	38	50	-10,7
Total de Agências	111	278	389	95	236	331	-14,9%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2013 e 2019).

Cabe ressaltar que, em todo o período, se observa a predominância da rede de bancos privados e um número significativamente menor de agências de bancos públicos. No entanto, ao se comparar 2019 com 2008, tem-se um crescimento das agências dos bancos públicos (27 unidades a mais) e uma queda de agências de bancos privados (20 a menos).

Diante disso, a próxima etapa apresenta uma análise da evolução do crédito na região, em ambos os períodos e sobre quem administra esse crédito, ou seja, quais bancos ofertam mais crédito para a população e empresas locais e apresentam as maiores carteiras de crédito – os de controle público ou os bancos do setor privado?

2. A Distribuição do Crédito na Região do Grande ABC

Para se ter uma análise a respeito da evolução dos montantes das carteiras de créditos na região, os dados do BCB foram de 2008 e de 2013 foram trazidos para outubro de 2019 (data dos últimos dados disponibilizados).

A tabela 3 aponta que houve um significativo crescimento da carteira de crédito de todos os municípios da Região. Na média, a carteira mais que dobrou, apresentando uma alta de mais de 105%, passando de R\$ 13,5 bilhões, ao final de 2008, para R\$ 27,7 bilhões, ao final de 2013. O maior crescimento foi observado em SCS (alta de 225,5%), onde o total da carteira chegou a quase R\$ 5,5 bilhões, em 2013. Por sua vez, o menor crescimento das operações de crédito e financiamentos no período ocorreu no município de SBC (71,7%), todavia se trata da maior carteira da região, chegando perto de R\$ 10,0 bilhões em 2013.

A segunda maior carteira está em Santo André, totalizando quase R\$ 7,5 bilhões, com alta de 103,7% em relação a 2008, portanto, mais do que dobrou.

A menor carteira estava no município de Rio Grande da Serra, totalizando R\$ 64,6 milhões em 2013. Nela foi observada uma alta de 134,6%, em relação ao final de 2008.

Tabela 3: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da Região do Grande ABC, nos anos selecionados (em R\$ de 10/2019)

MUNICIPIO	2008	2013	Varição % 2008/2013
SÃO BERNARDO DO CAMPO	R\$ 5.583.599.807,20	R\$ 9.585.759.694,47	71,7
SANTO ANDRE	R\$ 3.667.103.075,59	R\$ 7.470.570.141,13	103,7
SÃO CAETANO DO SUL	R\$ 1.674.903.673,46	R\$ 5.455.473.841,02	225,7
DIADEMA	R\$ 1.440.427.980,42	R\$ 2.722.703.150,92	89,0
MAUA	R\$ 783.692.394,20	R\$ 1.802.687.785,23	130,0
RIBEIRAO PIRES	R\$ 316.930.186,03	R\$ 614.936.339,32	94,0
RIO GRANDE DA SERRA	R\$ 27.542.086,47	R\$ 64.618.685,73	134,6
Total Geral	R\$ 13.494.199.203,36	R\$ 27.716.749.637,81	105,4%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008 e 2013).

Na tabela 4, são comparados os montantes das operações de crédito e financiamentos nos sete municípios para os anos de 2013 e 2019. Diferentemente do observado no período anterior, as únicas carteiras que tiveram crescimento no período foram em SBC (117,5%) e Mauá (37,1%). No entanto, por se tratar da maior carteira, SBC (com mais de R\$ 20,8 bilhões em 2019), levou a média de crescimento da região a ser positiva (alta média de 21,8%).

Tabela 4: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da região do Grande ABC, nos anos selecionados (em R\$ de 10/2019)

MUNICIPIO	2013	2019	Varição % 2013/2019
SÃO BERNARDO DO CAMPO	R\$ 9.585.759.694,47	R\$ 20.846.622.178,00	117,5
SANTO ANDRE	R\$ 7.470.570.141,13	R\$ 5.665.300.506,00	-24,2
MAUÁ	R\$ 1.802.687.785,23	R\$ 2.472.115.730,00	37,1
SÃO CAETANO DO SUL	R\$ 5.455.473.841,02	R\$ 2.407.749.158,00	-55,9
DIADEMA	R\$ 2.722.703.150,92	R\$ 1.846.180.124,00	-32,2
RIBEIRAO PIRES	R\$ 614.936.339,32	R\$ 498.582.537,00	-18,9
RIO GRANDE DA SERRA	R\$ 64.618.685,73	R\$ 17.396.559,00	-73,1
Total Geral	R\$ 27.716.749.637,81	R\$ 33.753.946.792,00	21,8%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2013 e 2019).

A maior queda dos recursos e crédito foi observada no Rio Grande da Serra (-73,1%) e em SCS (-55,9%). As operações de crédito da primeira cidade fecharam o período analisado em R\$ 17,4 milhões (abaixo inclusive do montante de 2008). Em SCS, o total das operações de crédito e financiamentos chegou a R\$ 2,4 bilhões, em outubro de 2019.

Analisando a distribuição do crédito entre os bancos do setor público e os bancos do setor privado da economia, em 2008, nota-se uma correlação positiva, ou seja, os bancos privados (que somam mais agências instaladas na região) administram a maior parte dos recursos. Na média da Região,

62,9% do total das operações de crédito e financiamentos estão nas mãos dos bancos privados, enquanto 37,1% estão nos bancos públicos (tabela 5).

Tabela 5: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2008, em R\$ de 10/2019)

MUNICIPIO	2008		
	CONTROLE	Valores	% de participação da carteira
DIADEMA	PRIVADO	R\$ 957.361.413,28	66,5
	PÚBLICO	R\$ 483.066.567,14	33,5
DIADAMA Total		R\$ 1.440.427.980,42	100%
MAUA	PRIVADO	R\$ 359.398.543,65	45,9
	PÚBLICO	R\$ 424.293.850,56	54,1
MAUA Total		R\$ 783.692.394,20	100%
RIBEIRAO PIRES	PRIVADO	R\$ 180.137.485,99	56,8
	PÚBLICO	R\$ 136.792.700,03	43,2
RIBEIRAO PIRES Total		R\$ 316.930.186,03	100%
RIO GRANDE DA SERRA	PRIVADO	R\$ 19.913.510,95	72,3
	PÚBLICO	R\$ 7.628.575,52	27,7
RIO GRANDE DA SERRA Total		R\$ 27.542.086,47	100%
SANTO ANDRE	PRIVADO	R\$ 2.109.562.772,36	57,5
	PÚBLICO	R\$ 1.557.540.303,23	42,5
SANTO ANDRE Total		R\$ 3.667.103.075,59	100%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	PRIVADO	R\$ 3.661.988.792,82	65,6
	PÚBLICO	R\$ 1.921.611.014,38	34,4
SBC Total		R\$ 5.583.599.807,20	100%
SÃO CAETANO DO SUL	PRIVADO	R\$ 1.195.775.833,90	71,4
	PÚBLICO	R\$ 479.127.839,56	28,6
SCS Total		R\$ 1.674.903.673,46	100%
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 8.484.138.352,95	62,9
	PÚBLICO	R\$ 5.010.060.850,41	37,1
TOTAL DO CRÉDITO NA REGIÃO		R\$ 13.494.199.203,36	100%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008).

Por sua vez, no ano de 2013, observa-se na tabela 6, uma inversão nessa proporção, ainda que os bancos públicos permaneçam em menor número de unidades instaladas na região: 37,2% da carteira estavam nos bancos públicos, enquanto 62,8% estavam nos bancos privados. O município de São Caetano era a única exceção. Na cidade, 54,7% das operações de crédito estavam nos bancos privados e 45,3% nos públicos.

Tabela 6: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2013, em R\$ de 10/2019)

MUNICÍPIO	2013		
	CONTROLE	Total	% de participação da carteira
DIADEMA	PRIVADO	R\$ 1.070.585.571,01	39,3
	PÚBLICO	R\$ 1.652.117.579,92	60,7
DIADAMA Total		R\$ 2.722.703.150,92	100%
MAUA	PRIVADO	R\$ 367.303.557,62	20,4
	PÚBLICO	R\$ 1.435.384.227,61	79,6
MAUA Total		R\$ 1.802.687.785,23	100%
RIBEIRAO PIRES	PRIVADO	R\$ 191.154.658,81	31,1
	PÚBLICO	R\$ 423.781.680,51	68,9
RIBEIRAO PIRES Total		R\$ 614.936.339,32	100%
RIO GRANDE DA SERRA	PRIVADO	R\$ 12.764.896,99	19,8
	PÚBLICO	R\$ 51.853.788,74	80,2
RIO GRANDE DA SERRA Total		R\$ 64.618.685,73	100%
SANTO ANDRE	PRIVADO	R\$ 2.308.396.279,25	30,9
	PÚBLICO	R\$ 5.162.173.861,88	69,1
SANTO ANDRE Total		R\$ 7.470.570.141,13	100%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	PRIVADO	R\$ 3.371.667.888,81	35,2
	PÚBLICO	R\$ 6.214.091.805,66	64,8
SBC Total		R\$ 9.585.759.694,47	100%
SÃO CAETANO DO SUL	PRIVADO	R\$ 2.983.618.301,25	54,7
	PÚBLICO	R\$ 2.471.855.539,76	45,3
SCS Total		R\$ 5.455.473.841,02	100%
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 10.305.491.153,73	37,2
	PÚBLICO	R\$ 17.411.258.484,08	62,8
TOTAL DO CRÉDITO NA REGIÃO		R\$ 27.716.749.637,81	100%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2013).

Em 2019, percebe-se que os bancos privados seguem cada vez mais conservadores e não cumpridores do seu papel constitucional que é o de garantir um desenvolvimento equilibrado do país e atender aos interesses da população. Mesmo possuindo ainda mais que o dobro de agências instaladas pelos públicos na Região do Grande ABC, eles estão ofertando cada vez menos crédito a seus clientes. Apenas 17,6% do volume de crédito na região ao final de 2019 estava do setor bancário privado e 82,4% concentravam-se nos bancos públicos. A maior participação dos privados no crédito estava em Diadema (34,5%) e Rio Grande da Serra (31,7%). Em São Bernardo e Mauá estavam as menores participações dos privados (12% e 13%, respectivamente) – vide tabela 7.

Tabela 7: Total das Operações de Crédito e Financiamentos nos municípios da região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2019, em R\$ e em %)

MUNICIPIO	2019		
	CONTROLE	Total	% de participação da carteira
DIADEMA	PRIVADO	R\$ 637.572.812,00	34,5
	PÚBLICO	R\$ 1.208.607.312,00	65,5
DIADEMA Total		R\$ 1.846.180.124,00	100%
MAUA	PRIVADO	R\$ 322.114.275,00	13,0
	PÚBLICO	R\$ 2.150.001.455,00	87,0
MAUA Total		R\$ 2.472.115.730,00	100%
RIBEIRAO PIRES	PRIVADO	R\$ 147.028.490,00	29,5
	PÚBLICO	R\$ 351.554.047,00	70,5
RIBEIRAO PIRES Total		R\$ 498.582.537,00	100%
RIO GRANDE DA SERRA	PRIVADO	R\$ 5.517.464,00	31,7
	PÚBLICO	R\$ 11.879.095,00	68,3
RIO GRANDE DA SERRA Total		R\$ 17.396.559,00	100%
SANTO ANDRE	PRIVADO	R\$ 1.607.289.140,00	28,4
	PÚBLICO	R\$ 4.058.011.366,00	71,6
SANTO ANDRE Total		R\$ 5.665.300.506,00	100%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	PRIVADO	R\$ 2.493.933.457,00	12,0
	PÚBLICO	R\$ 18.352.688.721,00	88,0
SBC Total		R\$ 20.846.622.178,00	100%
SÃO CAETANO DO SUL	PRIVADO	R\$ 727.317.671,00	30,2
	PÚBLICO	R\$ 1.680.431.487,00	69,8
SCS Total		R\$ 2.407.749.158,00	100%
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 5.940.773.309,00	17,6
	PÚBLICO	R\$ 27.813.173.483,00	82,4
TOTAL DO CRÉDITO NA REGIÃO		R\$ 33.753.946.792,00	100%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2019).

Por fim, levando-se em conta os montantes administrados nos bancos públicos e nos privados, nos três períodos, em valores constantes, é notável a redução do crédito ofertado pelos privados para a Região (-30% entre 2008 e 2019). Por sua vez, os bancos públicos ampliaram significativamente sua carteira de crédito na Região, no período, passando de R\$ 5,0 bilhões em 2008, para R\$ 27,8 em 2019 (alta de 455%)– vide tabela 8.

Esses dados demonstram a importância dos bancos públicos para a economia da região. Especialmente num período de dificuldades econômicas, se não houver crédito disponível, os governos, as empresas e as famílias pouco poderão atuar no sentido de reverter a situação. Quando utilizadas adequadamente como instrumento de política econômica anticíclica, essas instituições são fundamentais para fomentar o consumo, a atividade industrial e manter o crescimento econômico.

Tabela 8: Evolução das Operações de Crédito nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2008, 2013 e 2019, em R\$ 10/2019)

CONTROLE	2008	2013	2019	Variação % 2013/2019	Variação % 2008/2019
PRIVADO	R\$ 8.484.138.352,95	R\$ 10.305.491.153,73	R\$ 5.940.773.309,00	-42,4	-30,0
PÚBLICO	R\$ 5.010.060.850,41	R\$ 17.411.258.484,08	R\$ 27.813.173.483,00	59,7	455,1

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008, 2013 e 2019).

O papel dessas instituições é determinante, principalmente, no que diz respeito ao financiamento rural e imobiliário. São os chamados de recursos direcionados, ou seja, são liberados em razão de um objeto determinado. Os recursos livres são aqueles que as pessoas tomam emprestado sem precisar justificar o crédito solicitado ao banco.

São também recursos direcionados aqueles créditos voltados à infraestrutura, ao saneamento básico e a investimentos em grandes setores da economia nacional, que são conseguidos meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Apesar de terem fundamental relevância para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma região, essa modalidade de crédito não será abordada nesse estudo.

Sendo assim, tal como foi feito até aqui, a etapa a seguir destaca parte significativa das operações de crédito nos bancos da Região do Grande ABC: a distribuição do crédito rural e imobiliário, nos três períodos analisados (2008, 2013 e 2019).

2.2 O Crédito Rural e Imobiliário na Região do Grande ABC, entre 2008 e 2019.

O Brasil encontra-se entre os países com as maiores taxas de juros do mundo, porém, para que se criem incentivos para movimentar a economia em direção do crescimento e do desenvolvimento econômico, a sociedade (famílias, empresas e governo) necessita de financiamentos e crédito mais barato, para o consumo e para investimentos (DIEESE, 2019). Apesar disso, os bancos privados alegam não ser vantajoso trabalharem nas modalidades de crédito, rural e imobiliário, por que, nos bancos públicos, os juros seriam subsidiados e eles não conseguiriam trabalhar com as mesmas taxas.

Em 2008, a carteira de crédito rural na região somava R\$ 128,6 milhões (em valores de outubro de 2019), sendo que 64% estavam nos bancos públicos e 36% nos bancos privados. Em Ribeirão Pires e Diadema, 100% desse crédito estava nos bancos privados.

As cidades de Mauá e Rio Grande da Serra não apresentavam esse tipo de financiamento registrado nos bancos naquele período. Os maiores montantes estavam concentrados nos municípios de São Bernardo (R\$ 84,9 milhões) e Santo André (R\$ 24,5 milhões), seguidos de Diadema, com R\$ 9,5 milhões e São Caetano, com R\$ 8,7 milhões.

Quanto ao crédito imobiliário, 99,7% dos recursos estavam concentrados nos bancos públicos e, apenas, 0,3% do total era administrado pelos privados. A região somava R\$ 2,4 bilhões em financiamento imobiliário, sendo que Rio Grande da Serra também não tinha recursos aplicados nesse tipo de financiamento. Assim como no caso do financiamento rural, os maiores montantes do imobiliário estavam em São Bernardo (R\$ 910,0 milhões) e Santo André (cerca de R\$ 760 milhões) - vide tabela 9.

Tabela 9: Total do Crédito Rural e Imobiliário nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2008, em R\$ de 10/2019)

MUNICIPIO*	2008				
	CONTROLE	FIN_RURAI	%	FIN_IMOBILIARIOS	%
DIADEMA	PRIVADO	R\$ 9.468.127,20	100,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO		0,0	R\$ 287.747.755,35	100,0
DIADEMA Total		R\$ 9.468.127,20	100%	R\$ 287.747.755,35	100%
MAUA	PRIVADO	-		R\$ 0,00	0
	PÚBLICO	-		R\$ 201.052.882,78	100
MAUA Total		-		R\$ 201.052.882,78	100%
RIBEIRAO PIRES	PRIVADO	R\$ 1.091.559,49	100,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO		0,0	R\$ 22.174.855,16	100,0
RIBEIRAO PIRES Total		R\$ 1.091.559,49	100%	R\$ 22.174.855,16	100%
SANTO ANDRE	PRIVADO	R\$ 2.016.615,11	8,2	R\$ 3.455.340,98	0,5
	PÚBLICO	R\$ 22.493.773,24	91,8	R\$ 756.501.058,66	99,5
SANTO ANDRE Total		R\$ 24.510.388,35	100%	R\$ 759.956.399,64	100%
SAO BERNARDO DO CAMPO	PRIVADO	R\$ 25.291.691,83	29,8	R\$ 71.919,60	0,0
	PÚBLICO	R\$ 59.596.996,59	70,2	R\$ 910.003.913,94	100,0
SBC Total		R\$ 84.888.688,42	100%	R\$ 910.075.833,55	100%
SAO CAETANO DO SUL	PRIVADO	R\$ 8.423.587,73	97,1	R\$ 3.760.394,31	1,5
	PÚBLICO	R\$ 251.540,84	2,9	R\$ 241.216.219,45	98,5
SCS Total		R\$ 8.675.128,57	100%	R\$ 244.976.613,76	100%
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 46.291.581,36	36,0	R\$ 7.287.654,90	0,3
	PÚBLICO	R\$ 82.342.310,67	64,0	R\$ 2.418.696.685,34	99,7
CRÉDITO RURAL E IMOBILIÁRIO NA REGIÃO		R\$ 128.633.892,03	100%	R\$ 2.425.984.340,24	100%

* Em 2008, não havia recursos de financiamento rural nem imobiliário no município de Rio Grande da Serra. Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008).

Em 2013, cresceu a participação dos bancos públicos, tanto no crédito rural (97,2%) quanto no imobiliário (99,8%). O total dos financiamentos rurais naquele ano chegou a R\$ 178,2 milhões. Por sua vez, o financiamento imobiliário totalizava R\$ 8,5 bilhões.

No município de Rio Grande da Serra, ainda não se identificava uma carteira de financiamento rural e 100% do financiamento imobiliário daquela cidade concentrava-se nos bancos públicos. Em Mauá e Santo André, praticamente 100% do crédito rural provinha do setor bancário público assim como se observa em relação ao financiamento imobiliário, em quase todos os municípios da região (vide tabela 10).

Tabela 10: Total do Crédito Rural e Imobiliário nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2013, em R\$ de 10/2019)

MUNICIPIO	2013				
	CONTROLE	FIN_RURAL	%	FIN_IMOBILIARIOS	%
DIADEMA	PRIVADO	R\$ 652.913,18	20,1	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 2.598.443,34	79,9	R\$ 960.060.080,21	100,0
DIADEMA Total		R\$ 3.251.356,52	100%	R\$ 960.060.080,21	100%
MAUA	PRIVADO	R\$ 0,00	0,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 1.539.201,35	100,0	R\$ 925.604.238,34	100,0
MAUA Total		R\$ 1.539.201,35	100%	R\$ 925.604.238,34	100%
RIBEIRAO PIRES	PRIVADO	R\$ 631.678,13	22,7	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 2.144.944,31	77,3	R\$ 119.914.494,77	100,0
RIBEIRAO PIRES Total		R\$ 2.776.622,43	100%	R\$ 119.914.494,77	100%
RIO GRANDE DA SERRA	PRIVADO	-	-	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	-	-	R\$ 19.157.164,19	100,0
RIO GRANDE DA SERRA Total		-	-	R\$ 19.157.164,19	100%
SANTO ANDRE	PRIVADO	R\$ 25.588,76	0,0	R\$ 1.327.773,64	0,1
	PÚBLICO	R\$ 93.323.481,48	100,0	R\$ 2.497.797.565,41	99,9
SANTO ANDRE Total		R\$ 93.349.070,24	100%	R\$ 2.499.125.339,05	100%
SAO BERNARDO DO CAMPO	PRIVADO	R\$ 1.785.791,27	11,7	R\$ 7.388.793,37	0,2
	PÚBLICO	R\$ 13.428.975,72	88,3	R\$ 3.144.735.263,77	99,8
SBC Total		R\$ 15.214.766,99	100%	R\$ 3.152.124.057,14	100%
SAO CAETANO DO SUL	PRIVADO	R\$ 1.873.141,14	3,0	R\$ 10.401.049,40	1,2
	PÚBLICO	R\$ 60.206.391,74	97,0	R\$ 843.956.060,63	98,8
SCS Total		R\$ 62.079.532,88	100%	R\$ 854.357.110,03	100%
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 4.969.112,48	2,8	R\$ 19.117.616,41	0,2
	PÚBLICO	R\$ 173.241.437,95	97,2	R\$ 8.511.224.867,31	99,8
CRÉDITO RURAL E IMOBILIÁRIO NA REGIÃO		R\$ 178.210.550,42	100%	R\$ 8.530.342.483,72	100%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2013).

Em 2019, os dados apontam para uma redução significativa redução do crédito rural na Região, porém, com ampliação da participação dos bancos privados nessa carteira. A carteira totalizou R\$ 64,1 milhões, sendo 34,4% provenientes de bancos privados. Os maiores montantes seguem nas três maiores cidades da Região: São Caetano (R\$ 24,5 milhões), Santo André (aproximadamente, R\$ 19 milhões) e São Bernardo (R\$ 17 milhões).

No caso do crédito imobiliário, a carteira totalizava, em outubro de 2019, R\$ 9,0 bilhões, com 100% dela sendo administrada pelos bancos públicos instalados na região. As maiores carteiras são de São Bernardo (R\$ 3,1 bilhões), Santo André (R\$ 2,5 bilhões) e Mauá (R\$ 1,8 bilhão). Por outro lado, sem contar com financiamento rural e com apenas R\$ 1 milhão de crédito imobiliário, o Rio Grande da Serra segue sendo a cidade menos favorecida da região por esses financiamentos tão relevante para seu crescimento e desenvolvimento econômico de sua população (vide tabela 11).

Tabela 11: Total do Crédito Rural e Imobiliário nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2019, em R\$ e em %)

MUNICIPIO	CONTROLE	FIN_RURAL	%	FIN_IMOBILIÁRIO	%
DIADEMA	PRIVADO	R\$ 0,00	0,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 2.634.215,00	100,0	R\$ 847.763.019,00	100,0
DIADEMA Total		R\$ 2.634.215,00	100%	R\$ 847.763.019,00	100%
MAUA	PRIVADO	R\$ 0,00	0,0	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 40.589,00	100,0	R\$ 1.751.314.947,00	100,0
MAUA Total		R\$ 40.589,00		R\$ 1.751.314.947,00	
RIBEIRAO PIRES	PRIVADO	R\$ 815.240,00	95,2	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 41.549,00	4,8	R\$ 94.921.239,00	100,0
RIBEIRAO PIRES Total		R\$ 856.789,00	100%	R\$ 94.921.239,00	100%
RIO GRANDE DA SERRA	PRIVADO	-		R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	-		R\$ 1.065.852,00	100,0
RIO GRANDE DA SERRA Total		-		R\$ 1.065.852,00	100%
SANTO ANDRE	PRIVADO	R\$ 8.457.345,00	44,6	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 10.521.777,00	55,4	R\$ 2.520.110.435,00	100,0
SANTO ANDRE Total		R\$ 18.979.122,00	100%	R\$ 2.520.110.435,00	100%
SAO BERNARDO DO CAMPO	PRIVADO	R\$ 10.151.366,00	59,6	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 6.893.771,00	40,4	R\$ 3.115.284.240,00	100,0
SBC Total		R\$ 17.045.137,00	100%	R\$ 3.115.284.240,00	100%
SAO CAETANO DO SUL	PRIVADO	R\$ 2.651.018,00	10,8	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 21.889.893,00	89,2	R\$ 672.862.253,00	100,0
SCS Total		R\$ 24.540.911,00	100%	R\$ 672.862.253,00	100%
Região do Grande ABC	PRIVADO	R\$ 22.074.969,00	34,4	R\$ 0,00	0,0
	PÚBLICO	R\$ 42.021.794,00	65,6	R\$ 9.003.321.985,00	100,0
CRÉDITO RURAL E IMOBILIÁRIO NA REGIÃO		R\$ 64.096.763,00	100%	R\$ 9.003.321.985,00	100%

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2019).

Observando-se a evolução dos montantes dos financiamentos rurais nos bancos públicos e nos privados, nos três períodos, em valores constantes, é significativa a redução na Região (-50% entre 2008 e 2019 e -64,0% entre 2013 e 2019) – vide tabela 12. No entanto, cabe destacar que o financiamento rural nos bancos privados entre 2013 e 2019 subiu 344,2%, passando de R\$ 5,0 milhões para R\$ 22 milhões, por essa razão cresceu a participação dos bancos privados nessa modalidade de crédito direcionado no período.

Tabela 12: Evolução das Operações de Crédito Rural nos municípios da região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2008, 2013 e 2019, em R\$ 10/2019)

CONTROLE	2008	2013	2019	Variação % 2013/2019	Variação % 2008/2019
PRIVADO	R\$ 46.291.581,36	R\$ 4.969.112,48	R\$ 22.074.969,00	344,2	-52,3
PÚBLICO	R\$ 82.342.310,67	R\$ 173.241.437,95	R\$ 42.021.794,00	-75,7	-49,0
CRÉDITO RURAL	R\$ 128.633.892,03	R\$ 178.210.550,42	R\$ 64.096.763,00	-64,0	-50,2

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008, 2013 e 2019).

Quanto à evolução do financiamento imobiliário para a região nos três períodos, os bancos privados saíram completamente dessa modalidade na região. Toda a carteira concentra-se nas mãos dos bancos públicos (tabela 13).

Tabela 13: Evolução das Operações de Crédito Imobiliário nos municípios da Região do Grande ABC, segundo o controle do capital dos bancos (2008, 2013 e 2019, em R\$ 10/2019)

CONTROLE	2008	2013	2019	Variação % 2013/2019	Variação % 2008/2019
PRIVADO	R\$ 7.287.654,90	R\$ 19.117.616,41	R\$ 0,00	-100,0	-100,0
PÚBLICO	R\$ 2.418.696.685,34	R\$ 8.511.224.867,31	R\$ 9.003.321.985,00	5,8	272,2
CRÉDITO IMOBILIÁRIO	R\$ 2.425.984.340,24	R\$ 8.530.342.483,72	R\$ 9.003.321.985,00	5,5	271,1

Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir de dados do Banco Central do Brasil (Estatística Bancária por agência e por município, 2008, 2013 e 2019).

Entre 2008 e 2019, o crescimento do financiamento imobiliário cresceu 272,2% nos bancos públicos, sendo que o crescimento entre 2013 e 2019 foi de apenas 5,8%, chegando a um total de R\$ 9,0 bilhões.

Considerações Finais sobre a Evolução do Crédito e a Atuação dos Bancos na Região

O crédito exerce um papel fundamental para o financiamento do consumo das famílias e o investimento dos setores produtivos, os quais determinam o ritmo do crescimento econômico de uma região ou um país.

Os bancos, enquanto concessões públicas têm seu papel definido no artigo 192 da Constituição Federal (CF), que é o de garantir o desenvolvimento equilibrado do país e atender aos interesses da população (CF, 1988). Todavia, os números do Banco Central por hora analisados demonstram que os bancos instalados na região do Grande ABC estão deixando a desejar em relação às funções principais.

Assim como aconteceu no país como um todo, dois movimentos foram observados em relação ao crédito na Região. Entre 2008 e 2013, detectou-se um significativo crescimento das operações de crédito e financiamentos. A carteira mais do que dobrou enquanto, nesse mesmo período, o número

de agências instaladas nos sete municípios cresceu 20%, sendo sempre predominante a presença dos bancos privados.

No segundo período analisado, ou seja, entre 2013 e 2019, houve fechamento de agências e a redução chegou a, aproximadamente, 15%, mas, ainda assim, o saldo de unidades instaladas em 2019 superava o número de 2008 em sete (7) agências (somando 331 estabelecimentos bancários). O crédito no período, por sua vez, continuou crescendo, porém em ritmo bem menor do que no período anterior (alta de 22%).

No entanto, ao se analisar, separadamente, a carteira dos bancos públicos e dos bancos privados se conclui que os primeiros foram os principais responsáveis pelo crescimento do crédito em todo o período estudado.

Em 2019, em relação a 2008, os bancos privados tiveram redução de 30% no total de sua carteira. Entre 2013 e 2019, a queda foi de mais de 42%. Nos bancos públicos, por sua vez, observa-se um crescimento de mais de 455%, entre 2008 e 2019, sendo que entre 2013 e 2019, a alta da carteira dos bancos públicos foi de quase 60%.

No caso do crédito rural houve queda nos dois segmentos bancários entre 2008 e 2019. Entretanto, entre 2013 e 2019 houve crescimento de 344% dessa modalidade de crédito, nos bancos privados. Ainda assim, houve significativa redução no total da carteira na região, o que pode ser reflexo de mudanças no direcionamento dos investimentos ali. A carteira apresentou queda de 50% entre 2008 e 2019 e de 64% entre 2013 e 2019.

A análise a respeito do financiamento imobiliário reforça a importância dos bancos públicos na região. Apesar de se tratar de uma carteira tão importante para o desenvolvimento de uma região, os bancos privados nos três períodos analisados apresentaram participação ínfima na carteira e zeraram sua participação nessa modalidade em 2019. Ou seja, 100% do crédito imobiliário na região estão nos bancos públicos.

Diante desses números, parece incoerente que os bancos privados tenham mais agências na região do que os públicos, mas, deixem a desejar quanto a cumprir com sua principal função, que é a de promover um desenvolvimento equilibrado nos sete municípios e atender aos interesses de suas populações, financiando o consumo das famílias e os investimentos em geral, seja das empresas ou dos governos.

Recentemente, a Caixa Econômica Federal anunciou um programa de reestruturação em sua área de varejo, segundo o qual a Superintendência Regional do ABC seria fechada. O Sindicato dos Bancários do ABC, vem se mobilizando no sentido de evitar que isso ocorra, e buscou apoio do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, tendo em vista que esse fechamento, ainda que o banco alegue que não haverá fechamento de agências ou postos de trabalho na região, prejudicará as prefeituras da região assim como os projetos de investimentos locais. Todas as prefeituras, assim como o próprio Consórcio mantêm contratos com a Caixa por meio da Superintendência Regional.

É fundamental que os bancos corrijam essas distorções, mas, principalmente, que ofereçam crédito com juros justos e mais próximos da realidade internacional, sem penalizar ainda mais uma sociedade que precisa desse apoio para crescer e se desenvolver, tendo em vista que, conforme aponta Ladislau Dowbor (2015), a intermediação financeira no Brasil drena para os bancos um imenso volume de recursos por meio dos juros cobrados, seja de pessoas físicas, pessoas jurídicas (empresas), como, também, dos juros que incidem sobre a dívida pública. Isso trava a demanda agregada do país e cria obstáculos ao crescimento da economia. Ocorre aqui, nas palavras do autor, uma “deformação estrutural dos processos produtivos”, tornando muito difícil a dinamização da economia local, regional, assim como do país como um todo (Dowbor, 2015)

E, para tanto, é fundamental, também, que se fortaleça a participação e presença dos bancos públicos para o desenvolvimento da região e da população como um todo.

Notas

[1] Os saldos “Estban” por município e por agência são gerados mensalmente, contemplando a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial, por município. Disponibilizado 60 (sessenta) dias após a data-base do documento, com exceção da data-base de dezembro, que é disponibilizado em 90 (noventa) dias após o seu encerramento. Com atualização mensal, abrange os últimos 6 (seis) meses publicados (BCB – Estatística Bancária).

Vivian Machado. Economista, graduada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT). Foi Coordenadora do Curso de Tecnologia em Recursos Humanos na Faculdade de Desenho Industrial de Mauá. Áreas de estudo: Tecnologia Bancária, Análise de Balanço e Desempenho dos Grandes Bancos do País, Economia do Trabalho e Informalidade Urbana. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9424636099657642>.

Referências Bibliográficas

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **ESTBAN - Estatística Bancária Mensal por município.** Relatório por Município e por Agência. Disponível em: <https://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp?frame=1>. Acesso em: 6 de janeiro de 2020.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013.** Nota Técnica nº 135. São Paulo: maio de 2014.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Análise da evolução do crédito no período recente 2014 – 2017.** Nota Técnica nº 193. São Paulo: abril de 2018.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Juros e spread bancários no Brasil: Razões estruturais para os patamares elevados.** Nota Técnica nº 208. São Paulo: junho de 2019.

DOWBOR, Ladislau. **O sistema financeiro trava o desenvolvimento econômico.** Estudos Avançados (*online*). São Paulo, vol. 29, nº 83, p. 263-278, 2015.